

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades da Nortec Química S.A. (“Nortec” ou “Companhia”) compreendem basicamente a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. Está localizada na Rua Dezessete, 200 A, B, C e D, no Distrito Industrial Mantiqueira Duque de Caxias em Xerém, cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta na Categoria “A” na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essa categoria autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Os principais clientes da Companhia são: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e Blanver Farmoquímica, de forma regular e contínua. Complementam a lista dos principais clientes a, Brainfarma, Fundação para o Remédio Popular - FURP e Novamed

1.1 Liberação de recursos proveniente do financiamento BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

Em novembro de 2018, a Nortec firmou um contrato de financiamento com o BNDES para projetos de expansão para o Triênio 2019-2021 no valor de R\$ 26.328. O contrato de financiamento BNDES-Nortec foi subdividido em seis subcréditos para as seguintes finalidades: Plano de Inovação, Reforma P&D, Expansão da capacidade produtiva, Implantação do novo prédio administrativo, Implantação da subestação de energia e Implantação dos galpões de armazenamento. Nos dias 15 de fevereiro de 2019, 06 de setembro de 2019, 08 de novembro de 2019, 11 de agosto de 2020 e 16 de dezembro de 2020 a Companhia recebeu parte dos recursos relacionados a quatro subcréditos.

1.2 Extensão do prazo para composição do percentual de ações em circulação no mercado.

Em janeiro de 2020, a Nortec enviou um pedido à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para prorrogação do prazo do contrato de participação no Bovespa Mais, que encerrar-se-ia em 31 de janeiro de 2020. Em 29 de janeiro de 2020 o Órgão regulatório enviou um memorando nº 003/2020-PRE deferindo a solicitação da Companhia, estendendo o prazo até, no máximo, 30 de setembro de 2020.

Em 27 de setembro de 2020, com a aproximação da data limite para composição do percentual mínimo de ações em circulação no mercado, foi submetido à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, um novo pleito de extensão de prazo, a fim de garantir a conclusão satisfatória das tratativas conduzidas pela Companhia para sua adequação aos regulamentos estabelecidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – e CVM. Em 12 de novembro de 2020, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão deferiu em caráter extraordinário o pedido formulado pela Companhia, para a extensão de prazo para composição do Percentual Mínimo de Ações em Circulação, conforme definido no Regulamento de Listagem do Bovespa Mais, até o prazo máximo de 26 de fevereiro de 2021

(“Prazo de Composição do Free Float”). Diante a segunda onda de pandemia de Covid-19, que, dentre outras consequências, mantém as partes trabalhando em regime de home office e a realização de reuniões de forma virtual, o que impacta a execução dos passos necessários para a conclusão da operação, novamente a Companhia solicitou revisão do prazo de Composição do Percentual Mínimo de Ações em Circulação. Assim sendo, diante dos argumentos apresentados, das particularidades do caso e especialmente pela comprovação do progresso para a alienação das ações que garantiriam o free float mínimo da Companhia, em cumprimento ao Regulamento do Bovespa Mais, a Diretoria de Emissores comunicou a decisão tomada pelo Presidente da B3, em 14 de dezembro de 2020, pelo deferimento do pedido. Com efeito, a operação de alienação da totalidade das ações do BNDESPAR deverá ser concluída e informada à B3 e para o mercado, até, no máximo, 30 de junho de 2021, em cumprimento ao disposto no item 3.6.1 do Regulamento.

1.3 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre essas demonstrações financeiras.

Em virtude da pandemia do Novo Corona Virus, a Companhia adotou as diversas ações para a prevenção dos seus colaboradores e prestadores de serviço, todas de acordo com os protocolos da OMS e a Fundação Oswaldo Cruz (Fio Cruz).

Em 19 de março foi criado um comitê responsável para tratar de todos assuntos sobre a Covid-19 e tomando diversas ações para reduzir ao máximo o risco de contaminação, dentre delas distribuição de álcool em todas as salas, limitação de pessoas no refeitório obedecendo o distanciamento recomendado pela OMS, todos os colaboradores e visitas que são de extrema necessidade terão suas temperaturas medidas, aumento na higienização de todas as áreas da Companhia, distribuição de material técnico para todos os colaboradores baseados nas recomendações da Fio Cruz e Ministério da Saúde.

Na data de 25 de março de 2020, o comitê seguindo orientações do médico (Infectologista), que cuida da medicina do trabalho na Companhia há mais de 30 anos, adotaram as seguintes ações. Início de palestras informando sobre os cuidados necessários para prevenção do Covid-19 e avaliação para a escolha da empresa de serviço de enfermagem que atuará 24h, durante 7 dias por semana, para atender todos os funcionários da Companhia. Em 26 de março de 2020 a Companhia fechou o processo seletivo com a empresa de enfermagem, com a anuência do médico (Infectologista), em seguida ele se reuniu com os profissionais da empresa de enfermagem passando todas as orientações sobre o assunto de acordo com as recomendações do conselho federal de infectologia e as diretrizes compatíveis da Fio Cruz e Ministério da Saúde.

Devido a área de atuação da Companhia ser de suma importância na cadeia farmacêutica e para o Sistema Único de Saúde (SUS), não houve impactos nas vendas e margens operacionais para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020.

A administração continua a ter uma expectativa positiva quanto aos recursos necessários para passar por este período sem oscilações, ao mesmo tempo que a base contábil da continuidade operacional permanece apropriada. A pandemia da COVID-19 não gerou impactos negativos nos desempenhos econômico e financeiro da Companhia durante o ano de 2020, bem como não afetou sua liquidez.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 29.468. As unidades fabris continuaram em pleno funcionamento, em seus turnos normais, tendo a Administração adotado, através do Comitê para gerenciamento da COVID-19, uma série de medidas validadas pelos protocolos do Ministério da Saúde, a modo de garantir a segurança de todos os seus funcionários. Vale ressaltar que a Companhia não reduziu a jornada nem a remuneração de nenhum de seus colaboradores.

Diante do aumento no faturamento, que ocasionou um resultado superior ao do exercício de 2019, e o funcionamento normal de suas unidades fabris, a Administração entende não haver a necessidade da realização dos testes de recuperabilidade em seus ativos imobilizados e redução dos seus ativos financeiros.

1.4 Celebração de Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) e Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP Alta”)

Conforme “Fato Relevante” divulgado em 1º de outubro de 2020, foi celebrado nesta mesma data, um Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) e Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP Alta”), para alienação de 2.375.479 (dois milhões, trezentas e setenta e cinco mil, quatrocentas e setenta e nove) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia de propriedade do BNDESPAR ao FIP Alta (“Contrato”), representando, nesta data, 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Companhia e a totalidade da participação acionária detida pelo BNDESPAR no capital social da Companhia (“Operação”).

Ressalta-se, no entanto, que a realização da Operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, incluindo a realização de auditoria satisfatória do FIP Alta na Companhia, a negociação de um novo Acordo de Acionistas da Companhia e a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), estabelecidos no Contrato e outras condições comuns a esse tipo de operação. No fechamento da Operação, o atual Acordo de Acionistas da Companhia será rescindido e um novo Acordo de Acionistas será celebrado entre os acionistas da Companhia e o FIP Alta.

Conforme mencionado na nota 29 de eventos subsequentes, em 08 de março de 2021, foi publicado no Diário Oficial da União (“DOU”) o despacho de aprovação, sem restrições, do ato de concentração submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”).

Na data de 24 de março de 2021, foi emitida a certidão de trânsito em julgado da solicitação ao CADE, formalizando em definitivo a aprovação, sem restrições, da operação. Com isso, a condição precedente referente à obtenção da autorização do CADE pode ser considerada cumprida pelas partes.

2 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com o IASB

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de março de 2021.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório, através do resultado.

3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas ocorrem anualmente e são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. As vidas úteis definidas para os bens do ativo imobilizado, foram definidas nos laudos técnicos emitidos por engenheiros externos, e revisados a cada três anos ou quando ocorrer algum evento que possa indicar mudança significativa de vida útil.

4.2 Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem, uma obrigação presente ou formalizada como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e iii) o valor puder ser emitido com segurança. As provisões são mensuradas a valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

As contingências são analisadas pela Administração, fundamentada na avaliação e dos seus assessores jurídicos.

4.3 Provisão para PCLD

A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

4.4 Provisão para Perdas de Estoques

As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são analisadas periodicamente e contabilizadas quando aplicável.

4.5 Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 19.

5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

5.1 Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8/CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”.
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 “Combinação de Negócios”
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”.
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros.
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) “Arrendamentos”.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

5.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro e IFRS 16 “Arrendamentos”:** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2021. Os contratos da Companhia estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.
- **Alteração ao IAS 16 “Ativo Imobilizado”:** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”:** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de

janeiro de 2022.

- **Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando diferentemente demonstrado.

6.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

6.2 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

6.3 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) as obrigações de desempenho são satisfeitas ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente. (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Adicionalmente, é necessária que as especificações técnicas requeridas em contrato que são estabelecidas por padrões globais, e que tem referência no manual farmacêutico (Farmacopéia), procedimento usual neste segmento de negócio sejam satisfeitas. A Companhia emite um certificado de análise que consta todos os testes, resultados e as especificações de acordo com as referências descritas no parâmetro Global. Ao término do processo de validação dos produtos, pelo departamento de controle de qualidade, os produtos são liberados para o faturamento. O parágrafo B84 do CPC47 estabelece esta previsibilidade como prática aceitável no reconhecimento de vendas. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, conforme nota explicativa 22.

6.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.5 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

6.6 Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

6.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

6.7.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.7.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.8 ICMS sobre vendas

A Companhia tem isenção de impostos sobre a venda de produtos destinados ao “coquetel da Aids”, conforme o convênio 10/2002 do ICMS.

6.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais

imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

6.10 Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”) não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve indicador de não recuperabilidade dos ativos.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.11 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são analisadas periodicamente e contabilizadas quando aplicável.

6.12 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido

no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

6.14 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria “passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado”.

6.14.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.14.2 Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, são mantidos pela Companhia para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor principal e juros, quando aplicável aos ativos financeiros, menos qualquer redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	7.882	12.209
Aplicações financeiras em fundos de investimento (i)	<u>16.006</u>	<u>6.139</u>
	<u>23.888</u>	<u>18.348</u>

- (i) Referem-se a quotas de fundos de investimento com resgate automático que possuem alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

8 Aplicações financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
Certificados de Depósitos Bancários - CDB		
Banco Santander	-	5.422
Banco do Brasil S/A	-	822
HSBC Bank do Brasil	4.994	3.668
Banco Bradesco S/A	<u>3.307</u>	<u>607</u>
	<u>8.301</u>	<u>10.519</u>

As aplicações financeiras descritas no quadro acima possuem vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentadas no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

As aplicações financeiras são remuneradas mensalmente por taxas de 97% a 100,5% (96% a 99% em 2019) do CDI.

9 Contas a receber

	31/12/2020	31/12/2019
Cientes nacionais (i)	40.459	30.395
Cientes estrangeiros	822	1.139
Provisão de PCLD	(270)	(150)
	<u>41.011</u>	<u>31.384</u>

- (i) Os valores de contas a receber que encontram-se vencidos, referem-se a uma série de clientes que não têm histórico de inadimplência. Os principais clientes são Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Brainfarma Indústria Química e Farmaceutica S/A, Fundação para o Remédio Popular - FURP, Novamed Fabricação de Produtos Farmaceuticos e a Blanver Farmoquímica Ltda., que representam, em 31 de dezembro de 2020, cerca de 83% do saldo de contas a receber de clientes nacionais (78% em 31 de dezembro de 2019). A Companhia tem por política de negociação de recebimento de clientes o prazo de 90 dias para o mercado privado nacional.

Saldos por vencimento do contas a receber

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	27.759	23.888
Vencidos até 30 dias	10.028	3.268
Vencidos de 31 até 60 dias	3.281	3.904
Vencidos de 61 até 120 dias	-	148
Vencidos de 121 até 180 dias	-	-
Vencidos acima de 180 dias	213	326
	<u>41.281</u>	<u>31.534</u>

A provisão para perdas esperadas do contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi determinada da seguinte forma:

	A vencer	Com 30 dias em atraso	Com 60 dias em atraso	Com 90 dias em atraso	Com mais de 90 dias em atraso	Perdas realizadas a 100%	Total
Clientes Nacionais – Privados							
31 de dezembro de 2020							
Taxa de perdas esperadas - %	0,02	0,31	0,62	0,92	3,75	100	
Contas a receber de clientes	16.010	1.368	-	-	-	19	17.397
Provisão para perdas	(3)	(4)	-	(-)	-	(19)	(26)
Clientes Nacionais - Governo							
31 de dezembro de 2020							
Taxa de perdas esperadas - %	0,02	0,31	0,62	0,92	3,75	100	
Contas a receber de clientes	11.407	8.374	3.281	-	-	-	23.062
Provisão para perdas	(2)	(27)	(20)	-	-	-	(49)
Clientes Privados - Estrangeiros							
31 de dezembro de 2020							
Taxa de perdas esperadas - %	0,02	0,31	0,62	0,92	3,75	100	
Contas a receber de clientes	342	286	-	-	-	194	822
Provisão para perdas	-	(1)	-	-	-	(194)	(195)
Clientes – Nacionais - Privados							
31 de dezembro de 2019							
Taxa de perdas esperadas - %	0,02	0,25	0,49	0,74	3	100	
Contas a receber de clientes	20.159	133	-	128	33	-	20.453
Provisão para perdas	(4)	-	-	(1)	-	-	(5)
Clientes Nacionais - Governo							
31 de dezembro de 2019							

Taxa de perdas esperadas - %	0,02	0,25	0,49	0,74	3	100	
Contas a receber de clientes	2.949	3.027	3.763	-	203	-	9.942
Provisão para perdas	(1)	(8)	(19)	-	(6)	-	(34)
Cientes Privados - Estrangeiros							
31 de dezembro de 2019							
Taxa de perdas esperadas - %	0,02	0,25	0,49	0,74	3	100	
Contas a receber de clientes	780	108	141	-	-	110	1.139
Provisão para perdas	-	-	(1)	-	-	(110)	(111)

A constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do exercício como “Despesas com Vendas”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Em 31 de dezembro de 2020 a provisão de PCLD é de R\$ 270 (R\$ 150 em 31 de dezembro de 2019).

	Provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/2019	150
Adições no Período	811
Baixas no Período	<u>(691)</u>
Saldo em 31/12/2020	270
	Provisão para Perdas com Crédito de liquidação duvidosa
Saldo em 31/12/2018	523
Adições no Período	507
Baixas no Período	<u>(880)</u>
Saldo em 31/12/2019	150

10 Estoques

	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	29.168	21.919
Produtos em processo	4.403	6.332
Produtos para revenda	1.384	119
Matérias-primas	18.671	26.354
Almoxarifado	798	630
	<hr/>	<hr/>
	<u>54.424</u>	<u>55.354</u>

Administração da Companhia revisa periodicamente a provisão para perdas nos estoques de produtos acabados. O valor da provisão para perda em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 194 (R\$ 288 em 31 de dezembro de 2019). Os estoques estão apresentados líquidos da provisão para perdas.

	Provisão para perdas nos Estoques
Saldo em 31 de dezembro de 2019	288
Adições	608
Reversões	<u>(702)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<hr/> <u>194</u>

	Provisão para perdas nos Estoques
Saldo em 31 de dezembro de 2018	348
Adições	811
Reversões	<u>(871)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<hr/> <u>288</u>

11 Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
CSLL	1.387	1.551
IRPJ	393	-
PIS	228	92
COFINS	1.043	392
IRRF	49	49
IPI	66	21
ICMS	298	515
Parcelamento da Lei 12.996/04	-	410
Outros	33	33
	<u>3.497</u>	<u>3.063</u>

12 Imobilizado

		31/12/2020		
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	2.105	-	2.105
Instalações	10%	53.841	(9.864)	43.977
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	37.238	(19.663)	17.575
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.527	(1.166)	361
Veículos	10% a 20%	445	(327)	118
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	5.142	(3.492)	1.650
Imobilizado em andamento	-	15.854	-	15.854
Outros	4% a 20%	4.549	(2.448)	2.101
		<u>120.701</u>	<u>(36.960)</u>	<u>83.741</u>

31/12/2019				
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	2.105	-	2.105
Instalações	10%	53.049	(8.670)	44.379
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	33.465	(16.541)	16.924
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.495	(985)	510
Veículos	10% a 20%	445	(267)	178
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	4.329	(2.808)	1.521
Imobilizado em andamento	-	8.271	-	8.271
Outros	4% a 20%	3.324	(2.383)	941
		<u>106.483</u>	<u>(31.654)</u>	<u>74.829</u>

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	2.105	-	-	-	2.105
Instalações	53.049	-	-	792	53.841
Máquinas e equipamentos	33.465	858	(232)	3.147	37.238
Móveis e utensílios	1.495	31	(3)	4	1.527
Veículos	445	-	-	-	445
Equipamentos de informática	4.329	244	(50)	619	5.142
Imobilizado em andamento (i)	8.271	13.716	(394)	(5.739)	15.854
Outros	<u>3.324</u>	<u>48</u>	<u>-</u>	<u>1.177</u>	<u>4.549</u>
Total	<u>106.483</u>	<u>14.897</u>	<u>(679)</u>	<u>-</u>	<u>120.701</u>

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	2.105	-	-	-	2.105
Instalações	51.015	-	-	2.034	53.049
Máquinas e equipamentos	31.480	336	-	1.649	33.465
Móveis e utensílios	1.365	17	(2)	115	1.495
Veículos	445	-	-	-	445
Equipamentos de informática	3.656	584	(5)	94	4.329
Imobilizado em andamento (i)	6.018	6.804	(53)	(4.498)	8.271
Outros	<u>2.715</u>	<u>10</u>	<u>(7)</u>	<u>606</u>	<u>3.324</u>
Total	<u>98.799</u>	<u>7.751</u>	<u>(67)</u>	<u>-</u>	<u>106.483</u>

- (i) Os gastos registrados na conta de imobilizado em andamento possuem a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Obras Civas	5.280	3.002
Equipamentos	7.740	2.738
Materiais	2.252	1.277
Montagem	349	775
Outros	233	479
Total	<u>15.854</u>	<u>8.271</u>

Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Instalações	(8.670)	(1.194)	-	(9.864)
Máquinas e equipamentos	(16.541)	(3.196)	74	(19.663)
Móveis e utensílios	(985)	(184)	3	(1.166)
Veículos	(267)	(60)	-	(327)
Equipamentos de informática	(2.808)	(684)	-	(3.492)
Outros	(2.383)	(65)	-	(2.448)
Total	<u>(31.654)</u>	<u>(5.383)</u>	<u>77</u>	<u>(36.960)</u>

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Instalações	(7.589)	(1.081)	-	(8.670)
Máquinas e equipamentos	(14.254)	(2.290)	3	(16.541)
Móveis e utensílios	(852)	(135)	2	(985)
Veículos	(206)	(61)	-	(267)
Equipamentos de informática	(2.272)	(541)	5	(2.808)
Outros	(2.339)	(46)	2	(2.383)
Total	<u>(27.512)</u>	<u>(4.154)</u>	<u>12</u>	<u>(31.654)</u>

Em 31 de dezembro de 2020, parte do ativo imobilizado no montante de R\$ 61.330 (R\$ 61.330 em 31 de dezembro de 2019), a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

13 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	2.828	3.754
Fornecedores estrangeiros (i)	<u>10.756</u>	<u>19.571</u>
	<u>13.584</u>	<u>23.325</u>

- (i) Refere-se substancialmente a compra de matéria-prima importada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os principais produtos comprados foram: Tenofovir e Metil Carboxi-Imidazol. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram: Tenofovir, Salicilato de Lamivudina e Fenilefrina Base. Com o objetivo de atender a demanda esperada para o ano de 2020, a Companhia efetua uma programação de pedidos de compras de matérias-primas que serão utilizadas no processo de produção para venda durante o ano vigente. A Administração adota a política de negociação de prazos de pagamentos com os fornecedores superior a 60 dias.

14 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou contratos de financiamento com o objetivo de financiar pesquisa e desenvolvimento e expansão do parque industrial, conforme descrito abaixo:

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2019	Captação	Juros capitalizados	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2020
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (i)	1,5% a 4,50%	3.589	-	-	113	(116)	(2.150)	1.436
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (i)	1,5% + TJLP	2.445	-	-	108	(113)	(1.462)	978
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (i)	3,50%	1.072	-	-	26	(26)	(643)	429
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/018 A (ii)	2,36% + TJLP	2.703	-	-	142	(147)	(1.347)	1.351
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/026 B (ii)	2,36% + TJLP	112	-	-	6	(6)	(56)	56
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/068 A (iii)	3,10% + TLP	2.298	1.079	-	243	(186)	-	3.434
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/017 B (iii)	3,10% + TLP	1.078	363	-	118	(93)	-	1.466
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/025 C (iii)	3,10% + TLP	3.471	4.906	361	-	(194)	-	8.544
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/025 E (iii)	3,10% + TLP	2.020	982	86	169	(199)	-	3.058
Finep - Contrato - 09.19.0010.00	6% ou TJLP	7.051	-	-	418	(306)	-	7.163
		<u>25.839</u>	<u>7.330</u>	<u>447</u>	<u>1.343</u>	<u>(1.386)</u>	<u>(5.658)</u>	<u>27.915</u>
Circulante		5.981						4.090
Não Circulante		<u>19.858</u>						<u>23.825</u>
		<u>25.839</u>						<u>27.915</u>

Nortec Química S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2018	Captação	Juros capitalizados	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2019
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (i)	1,5% a 4,50%	5.741	-	-	209	(211)	(2.150)	3.589
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (i)	1,5% + TJLP	3.900	-	-	241	(234)	(1.462)	2.445
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (i)	3,50%	1.715	-	-	49	(49)	(643)	1.072
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/018 A (ii)	2,36% + TJLP	4.042	-	-	279	(272)	(1.346)	2.703
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/026 B (ii)	2,36% + TJLP	168	-	-	11	(11)	(56)	112
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/068 A (iii)	3,10% + TLP	-	2.236	-	180	(118)	-	2.298
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/017 B (iii)	3,10% + TLP	-	1.049	-	90	(61)	-	1.078
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/025 C (iii)	3,10% + TLP	-	3.375	128	65	(97)	-	3.471
BNDES - Contrato - 18.2.0354.1/025 E (iii)	3,10% + TLP	-	1.962	20	38	-	-	2.020
Finep - Contrato - 09.19.0010.00	6% ou TJLP	-	7.051	-	-	-	-	7.051
		15.566	15.673	148	1.162	(1.053)	(5.657)	25.839
Circulante		6.033						5.981
Não Circulante		9.533						19.858
		15.566						25.839

(i) Contrato BNDES N° 13.2.0554.1

Principal: Limitado a R\$20.996
Juros: De 1,5% a 4,5% a.a.
Vencimento: Em 60 parcelas a partir de setembro de 2016 e a última em agosto de 2021.
Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.
Garantia:

(ii) Contrato BNDES N° 17.2.0124.1

Principal: Limitado a R\$ 5.527
Juros: 2,36% a.a. + TJLP
Vencimento: Em 48 parcelas a partir de janeiro de 2018 e a última em dezembro de 2021.
Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.
Garantia:

(iii) Contrato BNDES N° 18.2.0354.1

Principal: Limitado a R\$ 26.328
Juros: 3,10% a.a. + TLP
Vencimento: Em 108 parcelas a partir de dezembro de 2021 e a última em novembro de 2030.
Em terceira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, situados em Duque de Caxias-RJ, avaliados os terrenos, as edificações e os equipamentos.
Garantia:

Contrato FINEP N° 09.19.0010.00

Principal: Limitado a R\$ 17.975
Juros: 6% a.a. e TJLP
Vencimento: Em 97 parcelas a partir de abril de 2023 e a última em abril de 2031.
Garantia: Carta Fiança

Cláusulas restritivas (Covenants)

A Companhia apresenta *covenants* financeiros e não financeiros em seus contratos de empréstimos adquiridos junto ao BNDES. A Administração vem monitorando e até a presente data, não houve nenhuma indicação de não atendimento aos *covenants*.

i. Covenants financeiros

O contratos de N° 17.2.0124.1 e N° 18.2.0354.1, firmados em agosto de 2017 e novembro de 2018 respectivamente, além de apresentar alguns *covenants* não financeiros, contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais.

ii. Covenants não financeiros

- Redução relevante do quadro de pessoal, atrelada à execução do projeto financiado;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- A inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; e
- Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do Meio Ambiente, durante o período de vigência do contrato.

15 Transações com partes relacionadas

	Passivo		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
BNDES (Empréstimos) - nota explicativa 14	20.752	18.788	(925)	(1.162)
	<u>20.752</u>	<u>18.788</u>	<u>(925)</u>	<u>(1.162)</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia inclui os membros da diretoria estatutária e Conselho de Administração.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram de R\$ 2.160 e R\$ 2.193, respectivamente.

16 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Encargos sociais a recolher	828	847
Encargos assistenciais a pagar	102	190
Provisão de férias	2.581	2.567
	<u>3.511</u>	<u>3.604</u>

17 Obrigações Fiscais

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a recolher	541	721
Imposto de Renda na Fonte	1.250	780
Provisão de Imposto de Renda e CSLL	2.944	267
Outros	31	17
	<u>4.766</u>	<u>1.785</u>

18 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

	Causas trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2019	121
Adições	19
Reversões	(3)
Baixas por pagamento	<u>(47)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>90</u>
	Causas trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2018	348

Adições	41
Reversões	<u>(268)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>121</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía processos judiciais sem provisão constituída por não possuir uma nova obrigação presente como resultado de evento passado, e apresentar classificação de risco possível de perda. Com base na opinião dos assessores judiciais da Companhia e avaliação da própria administração, as provisões tributárias, cíveis e trabalhistas classificadas com risco possível de perda totalizam o montante de R\$ 7.559(R\$ 5.562 em 31 de dezembro de 2019).

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ diferido	565	384
CSLL diferido	<u>203</u>	<u>138</u>
	<u><u>768</u></u>	<u><u>522</u></u>

A Companhia, fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, realizados anualmente, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantém o crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias, que somente serão dedutíveis quando atenderem a legislação fiscal. A movimentação do impacto no resultado do período está demonstrada abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos oriundos de:		
Adições temporárias:		
Provisão de Perdas com Estoque	608	814
Provisão para Contingências	19	41
Provisão de PCLD	811	507
Juros Capitalizados	(447)	147
Diferença de depreciação Taxa Fiscal x Contábil	(317)	(973)
Reversão da PCLD	(691)	(880)
Reversão de Contingências	(3)	(268)
Reversão de Perdas com Estoque	<u>(702)</u>	<u>(434)</u>
	<u>(722)</u>	<u>(1.046)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - 34%	<u>(245)</u>	<u>(356)</u>

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 68.235 (R\$ 68.235 em 31 de dezembro de 2019) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

	Ações Ordinárias	%	Total
Acionista controlador e demais acionistas	9.501.915	80	9.501.915
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	2.375.479	20	2.375.479
Outros	<u>1</u>	0	<u>1</u>
	<u>11.877.395</u>	100	<u>11.877.395</u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo circulante.

Os dividendos foram calculados conforme detalhado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	29.468	15.793
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(1.473)</u>	<u>(790)</u>
Base de cálculo	<u>27.995</u>	<u>15.003</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>6.999</u>	<u>3.751</u>
Total na forma de dividendos	699	651
Total na forma de juros sobre o capital próprio	6.300	3.100
Imposto de Renda S/Juros sobre capital retidos	<u>(945)</u>	<u>(465)</u>
Total dos dividendos a pagar – passivo	<u>6.054</u>	<u>3.286</u>

c. Natureza e propósito das reservas

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Companhia.

De acordo com o art. 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07, estabelece que o somatório das Reservas de Lucros, exceto as Reservas de Contingências, Incentivos fiscais e Lucros a Realizar, não poderá ser superior ao montante do Capital Social. Diante deste cenário a Administração estará deliberando o excedente para o aumento de capital.

21 Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	42.140	22.213
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Adições:		
Despesas não dedutíveis	2.575	1.500
Provisão de Perdas com Estoque	608	376
Provisão para contingências	19	40
Provisão para PCLD	811	508
Participações de Dirigentes	56	26
Exclusões:		
Reversão de Provisão de Perdas com Estoque	(702)	(434)
Reversão de Contingências	(3)	(268)
Reversão de PCLD	(691)	(880)
Juros sobre o capital próprio	(6.300)	(3.100)
Outros	(1.443)	(1.754)
Lucro tributável	<u>37.070</u>	<u>18.227</u>
Imposto de renda e da contribuição social - 34%	12.604	6.197
Outros	(177)	(133)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>12.427</u>	<u>6.064</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>245</u>	<u>356</u>
Alíquota efetiva	<u>30%</u>	<u>29%</u>

22 Receita Líquida de Vendas

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta	247.020	190.964
Menos:		
Vendas Canceladas	(3.599)	(7.168)
Impostos sobre vendas	(14.269)	(12.294)
	229.152	171.502
	229.152	171.502

23 Custos dos Produtos Vendidos

	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos Materiais	(106.294)	(82.255)
Custo c/ Pessoal	(25.129)	(23.182)
Custo c/ Serv. Terceiros	(2.060)	(1.995)
Custo c/ Ocupação e Utilidades	(12.343)	(10.740)
Custo c/ Depreciação	(4.558)	(3.468)
	(150.384)	(121.640)
Custos dos Produtos Vendidos	(150.384)	(121.640)
Custo dos Produtos Revendidos	(5.420)	(3.629)
	(155.804)	(125.269)
	(155.804)	(125.269)

24 Receitas (Despesas) operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com vendas	(436)	(1.020)
Despesas com PCLD	(323)	373
Despesas com Vendas	(759)	(647)
Despesas com pessoal	(11.797)	(12.316)
Serviços de terceiros	(4.939)	(4.199)

Nortec Química S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020

Ocupação e utilidades	(2.658)	(2.292)
Despesas administrativas	(5.149)	(3.123)
Depreciação	(825)	(684)
Despesas Gerais e Administrativas	(25.368)	(22.614)
Outras receitas	600	945
Despesas operacionais	(26.127)	(23.261)
Resultado operacional	(25.527)	(22.316)

25 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras		
Juros	(1.379)	(1.009)
Descontos concedidos	(144)	(225)
Despesas bancárias	(350)	(360)
Acréscimos legais s/tributos	(40)	(176)
IOF	(169)	(210)
Outros	(79)	(70)
Total	(2.161)	(2.050)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	152	556
Descontos recebidos	57	18
Receita de juros	1	41
Outros	95	64
Total	305	679
Varição Cambial Ativa	9.069	5.476
Varição Cambial Passiva	(12.894)	(5.809)
Varição cambial líquida	(3.825)	(333)
Resultado financeiro líquido	(5.681)	(1.704)

26 Instrumentos financeiros

26.1 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 14), deduzidos pelo caixa, saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

O índice de alavancagem em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Total dos empréstimos (Nota 14)	27.915	25.839
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(23.888)	(18.348)
Menos: aplicações financeiras (Nota 8)	<u>(8.301)</u>	<u>(10.519)</u>
Dívida líquida (A)	<u>(4.274)</u>	<u>(3.028)</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>156.711</u>	<u>134.241</u>
Total do capital (A + B)	<u><u>152.437</u></u>	<u><u>131.213</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	(2,8%)	(2%)

26.2 Categorias de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	23.888	18.348
Aplicações financeiras	8.301	10.519
Contas a receber	41.011	31.384
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	20.752	18.788
Empréstimos e financiamentos – com terceiros	7.163	7.051
Fornecedores	13.584	23.325

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção (“hedge”) em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

26.3 Objetivos da administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

26.4 Riscos de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil das operações da Companhia e ela opera equacionando de forma adequada esse risco. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração.

26.5 Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2020, o dólar norte-americano sofreu uma valorização de 28,93 % frente ao real (2019 - valorização de 4,02%). A exposição ao risco de câmbio em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são:

Ativo	31/12/2020	31/12/2019	Moeda de Exposição
Caixa e equivalente de caixa (recebimentos em dólar de clientes estrangeiros)	7.862	4.561	US\$
Contas a receber de clientes estrangeiros	822	1.139	US\$
Adiantamento a fornecedores	378	279	US\$
Passivo			
Seguro Transporte	354	275	US\$
Fornecedores estrangeiros	10.756	19.571	US\$

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

26.6 Gestão do risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$ 32.189 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 28.867 em 31 de dezembro de 2019) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros estabelecidas nos contratos conforme mencionado na nota 14 no valor de R\$ 27.915 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 25.839 em 31 de dezembro de 2019). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é atenuado.

26.7 Análise de sensibilidade

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamento a fornecedores, seguro transporte e contas a pagar em moeda estrangeira além de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados a outros índices.

Na elaboração da análise de sensibilidade, foram consideradas as curvas de mercado da B3 S.A. para o dólar norte-americano e as informações projetadas pelo BNDES para os seguintes índices TJLP, TLP e CDI, considerando as seguintes premissas:

Definição de um cenário provável do comportamento do risco que é referenciada por fonte externa independente (Cenário Provável).

Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário Possível e Cenário Remoto, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2020, a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, expostos às variações de taxas de juros, taxas de câmbio e aos índices inflacionários, e os seus respectivos impactos no resultado do exercício, estão demonstrados para o período de 90 dias, quando deverão ser apresentadas as próximas informações trimestrais contendo tal análise.

Riscos de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e empréstimos, cujos saldos em 31 de dezembro de 2020:

Operação		Saldo contábil em 31/12/2020	Cenário provável (a)	Ganho ou perda (b) - (a)	Cenário possível 25% (b)	Ganho ou perda (c) - (a)	Cenário remoto 50% (c)
Aplicações Financeiras	CDI	8.301	8.533	289	8.822	347	8.880
Empréstimos e Financiamentos	TJLP	(9.548)	(9.982)	(543)	(10.525)	(652)	(10.634)
Empréstimos e Financiamentos	TLP	(16.502)	(16.804)	(377)	(17.181)	(453)	(17.257)
Total		(17.749)	(18.253)	(631)	(18.884)	(758)	(19.011)

O cenário provável considera para os índices TJLP e TLP as taxas de outubro a dezembro de 2020 obtidas no portal do BNDES, o CDI foi utilizada a acumulada até dezembro de 2020 obtida no portal de finanças.

Riscos de taxa de câmbio

Considerando as exposições cambiais descritas na tabela de exposição cambial mencionada na nota 26.5, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto de 31 de dezembro de 2020:

Operações Cambiais		Saldo contábil em 31/12/2020	Cenário provável (a)	Ganho ou perda (b) - (a)	Cenário possível 25% (b)	Ganho ou perda (c) - (a)	Cenário remoto 50% (c)
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	Dólar/Real	7.862	8.242	2.060	10.302	4.120	12.362
Contas a receber de clientes estrangeiros	Dólar/Real	822	861	215	1.076	430	1.291
Adiantamento a fornecedores	Dólar/Real	378	396	99	495	198	594
Seguro Transporte	Dólar/Real	(354)	(371)	(93)	(464)	(186)	(557)
Fornecedores estrangeiros	Dólar/Real	(10.756)	(11.275)	(2.819)	(14.094)	(5.638)	(16.913)
Total		(2.048)	(2.147)	(538)	(2.865)	(1.076)	(3.223)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 30 dias, obtidas no portal da B3 S.A.

26.8 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Administração adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

O saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$ 41.011 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 31.384 em 31 de dezembro de 2019), tem como os maiores volumes devidos pela Blanver Farmoquímica Ltda, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Brainfarma, FURP, Novamed, que foram os principais clientes da Companhia (vide nota explicativa 1). As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco.

A Companhia não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$ 32.189 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 28.867 em 31 de dezembro de 2019), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

Em 31/12/2020	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	13.584	-	-	13.584
Financiamentos	4.090	5.662	18.163	27.915
Em 31/12/2019	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	23.325	-	-	23.325
Financiamentos	5.981	7.477	12.381	25.839

27 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 245.500 para danos materiais (R\$ 212.500 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 32.500 para responsabilidade civil (R\$ 32.500 em 31 de dezembro de 2019).

28 Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro do do exercício findo em 31 de dezembro de 202 e 2019, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido	29.468	15.793
Quantidade de ações em circulação – média ponderada (em milhares)	11.877	11.877
Resultado por ação (básico e diluído)	<u>2,48</u>	<u>1,33</u>

29 Eventos Subsequentes

29.1 Despacho de aprovação, sem restrições, do ato de concentração submetido ao CADE

Na data de 08 de março de 2021, foi publicado no Diário Oficial da União (“DOU”) o despacho de aprovação, sem restrições, do ato de concentração submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), em atendimento a uma das condições precedentes do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças (“SPA”) celebrado entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) e Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP Alta”).

Na data de 24 de março de 2021, foi emitida a certidão de trânsito em julgado da solicitação ao CADE, formalizando em definitivo a aprovação, sem restrições, da operação. Com isso, a condição precedente referente à obtenção da autorização do CADE pode ser considerada cumprida pelas partes.

29.2 Recebimentos dos Títulos vencidos há mais de 60 dias

Na data de 08 de março de 2021, a Companhia recebeu o montante de R\$ 3.261 milhões, correspondente aos valores que estavam demonstrados na nota 9 de Contas a Receber, através do Aging List, vencidos de 31 até 60 dias.